

Ecoss de Babel

Cristina Carneiro Rodrigues¹

¹Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista
(UNESP)
cristina@ibilce.unesp.br

Abstract. *This paper aims at focusing the Translation Studies polemical aspect on examining the debate between different translation approaches. Target's proposal of publishing a paper aiming at bridging the gap between those who approach translation from the perspective of postmodernity and those who see it as an empirical field is discussed. The analysis of the end of the debate shows that translating is a polemical and controversial activity and that the attempt to reconcile the differences between tendencies signifies repressing heterogeneity.*

Keywords. *Translation Studies; deconstruction; postmodernity; Babel.*

Resumo. *Este trabalho tem como objetivo abordar o aspecto polêmico dos Estudos da Tradução ao examinar o debate entre pesquisadores de diferentes tendências teóricas. Discute-se a proposta do periódico Target de publicar um artigo enfocando quais seriam as bases partilhadas entre os estudos que abordam a tradução de uma perspectiva pós-moderna e os que encaram a disciplina como uma área empírica e preencher a lacuna entre eles, na tentativa de reconciliá-las e unificar a disciplina. A análise do final do debate gerado pela proposta evidencia que traduzir é lugar de polêmica e controvérsia e que a tentativa de tentar conciliar as diferenças entre concepções teóricas significa a repressão da heterogeneidade.*

Palavras-chave. *Estudos da Tradução; desconstrução; pós-modernidade, Babel.*

A tradução tem sido praticada por muitos séculos, mas nunca houve consenso sobre sua função, seu status ou sobre como é concebida. A diversidade de modos como foi encarada e praticada, diacronicamente, atesta seu aspecto controverso. Entre os romanos, a tradução foi considerada uma prática literária, mas para alguns românticos era apenas um ato mecânico de transmissão de informações. De acordo com Tytler, deveria soar fluente e natural, mas para Schleiermacher, seria necessário preservar a estrangeiridade do texto. No século XX a situação não se altera: enquanto Nida, por exemplo, valoriza a equivalência dinâmica, que suprime a alteridade, Berman condena as traduções etnocêntricas, exatamente por suprirem a alteridade.

O mito de Babel, tal como relatado por Jacques Derrida em vários textos, especialmente em *L'oreille de l'autre* (1982) e "Des tours de Babel" (1987), evidencia que a própria instituição da necessidade da tradução é ambivalente. A destruição da torre e o estabelecimento da diversidade de línguas seria um castigo para os semitas, por tentarem

impor ao mundo sua língua e, conseqüentemente, sua razão. Mas esse mesmo movimento de castigo, punição, é também um presente, pois instaura a heterogeneidade e a impossibilidade da imposição de um sentido como o único. Assim, a ambivalência e o conflito caracterizam a tradução desde sua instituição. Apesar disso, o editor da revista *Target* propôs que Andrew Chesterman e Rosemary Arrojo escrevessem um artigo que viesse a conciliar duas diferentes abordagens em Estudos da Tradução e que evidenciasse os fundamentos que os estudos descritivos e os fundamentados na reflexão pós-moderna tivessem em comum. O texto, intitulado *Shared ground in Translation Studies* [Bases partilhadas nos Estudos da Tradução] foi publicado em 2000, na seção “Fórum”, e, em seu final, trazia um convite da revista para que outros pesquisadores o respondessem. Muitos o fizeram, em textos publicados em três números da revista (v.12:2, v.13:1, v.13:2).

As respostas são muito variadas, mas podem ser agrupadas em três conjuntos. No primeiro estão as dos pesquisadores que, solidários com a proposta, oferecem comentários suplementares. Um segundo grupo de pesquisadores critica o ponto de partida de Chesterman e Arrojo – abordar o debate como sendo entre essencialismo vs. não-essencialismo – e a maneira como formularam as bases partilhadas, mas não questiona o propósito do artigo. No terceiro conjunto de respostas contesta-se a necessidade ou a possibilidade de haver pontos em comum entre as diferentes perspectivas de estudo.

Após a terceira série de debates, a seção “Fórum” é aberta com uma nota assinada pelo editor, informando que, pelos textos recebidos, aquele tipo de debate não se esgotaria e que havia sido decidido, “dar-lhe um fim abrupto e um tanto arbitrário” (p.136). O editor informa ter solicitado aos iniciadores do debate que respondessem às réplicas, mas eles o fizeram em textos separados.

Chesterman (2002), na primeira parte do texto intitulado “Shared grounds revisited” [Bases partilhadas revisitadas] resume o debate, enfatiza a “variedade de paradigmas no campo” e lamenta a maneira como havia sido formulado o texto inicial, em tópicos (p.143-144). Evidencia uma (eu diria inevitável) característica do debate: o desacordo sobre como interpretar certos conceitos centrais, particularmente os termos “teoria”, “modelo”, “hipóteses”, “normas” e “pós-modernismo”. Comenta os quatro primeiros, oferecendo sua interpretação para eles. Ao discutir o último, “pós-modernismo”, cita o seguinte trecho da resposta de Daniel Simeoni ao artigo inicial: “*post-modernity is indeed our current condition*” [a pós-modernidade é de fato nossa condição atual]. Chesterman questiona a quem o autor se referiria ao usar a primeira pessoa do plural e conclui que não haveria um paradigma partilhado se isso envolvesse incluí-lo em tal condição pós-moderna.

O texto de Arrojo (2002) intitula-se “Lessons learned from Babel” [Lições aprendidas com Babel], título que motiva o deste artigo. Para ela, o debate evidencia que a relação entre o mito de Babel e a tradução é exemplar, em primeiro lugar, porque “a diversidade de visões e argumentos defendidos por alguns dos mais importantes pesquisadores da área” durante o debate, claramente está distante de qualquer acordo geral e pacífico sobre as questões básicas que caracterizariam uma discussão sobre tradução (p.138). Em segundo lugar, porque a própria construção de uma suposta disciplina unificada nos termos propostos seria um projeto similar ao dos semitas, pois significaria a constituição de uma única disciplina, que legitimaria a tradução enquanto área de pesquisa

e levaria a conclusões universais que fariam com que todos, afinal, concordassem sobre o que é tradução e como deveria ser abordada.

O debate, abruptamente finalizado pelo editor, evidencia a impossibilidade da construção de uma disciplina unificada abordada por uma única perspectiva porque isso significaria a imposição do ponto de vista de um grupo e só se daria pelo silenciamento de vozes dissidentes. Em minha leitura, o desejo de que uma única perspectiva para tratar da tradução repete o movimento repressor que a pós-modernidade tem denunciado: o universalismo seria apenas uma estratégia dos detentores do poder para justificar e legitimar a exclusão da diferença. Em nome de princípios gerais, universalmente aplicáveis, reprime-se a heterogeneidade e a multiplicidade em favor de supostas certezas. Modelos universalistas mostram-se excludentes e dominadores, pois só se pode atribuir universalidade a certos elementos silenciando-se diferenças.

Em resposta ao texto que inicia o debate, Edwin Gentzler (2001) escreve “Expanding horizons or limiting growth?” [expandindo horizontes ou limitando o crescimento?]. Seu ponto de vista é um pouco diferente do meu, mas ele também salienta que buscar um modelo unificado significaria proceder a uma exclusão. De acordo com Gentzler, haveria o silenciamento das “múltiplas teorias, metodologias e discursos usados para discutir o fenômeno tradutório hoje, no mundo” (p.160). O consenso à custa da diferença, em sua avaliação, “tenderia também a excluir as vozes da periferia”, mantendo um centro que não incluiria as vozes de vários autores, entre eles Rosemary Arrojo e Lawrence Venuti (p.161).

Interessante que Gentzler (2001) coloque exatamente esses dois pesquisadores como representantes de uma periferia. Pode-se explicar o de Arrojo por ela ser mulher e proveniente de país não-hegemônico, ou, como diriam alguns, de um país em desenvolvimento. Mas Venuti fala do lugar do hegemônico, é professor de inglês na Temple University, nos Estados Unidos, e traduz para o inglês. O que ambos poderiam ter em comum seria olhar a tradução da perspectiva da pós-modernidade. Em outro trecho do artigo fica mais evidente a que periferia Gentzler se refere, pois especifica que “muitas novas vozes” seriam caladas, como de “pesquisadores do Canadá, Brasil, Índia, Filipinas, Irlanda e outras culturas pós-coloniais” (p.163). Vozes que, de modo geral, tendem a promover reflexões críticas a uma tradição universalizante e dominadora que sempre tentou impor seu ponto de vista como o único.

Dizer isso não significa, entretanto, que todos os que examinam a tradução da perspectiva da pós-modernidade falem de um mesmo lugar, ou de uma mesma perspectiva teórica, nem mesmo que todos concordem sobre o que é tradução. Mas todos concordam que impor a razão de um significa a reprimir a heterogeneidade. E esse parece ser o ponto de referência para Gentzler definir a periferia em relação ao núcleo dominante.

A análise desses textos do debate publicado na *Target* evidencia que um dos focos de tensão nos Estudos da Tradução localiza-se na discussão entre uma abordagem que pretende construir uma metanarrativa que explique, finalmente, o que é e como se faz tradução e uma tendência que rejeita essa possibilidade, por considerar que qualquer movimento nesse sentido seria homogeneizador e repressor. Essa tensão já gerou outros

debates em eventos e em periódicos nacionais e internacionais. Retomo, para evidenciar outros pontos polêmicos, o artigo “*Doubts about deconstruction as a general theory of translation*” [dúvidas sobre a desconstrução como uma teoria geral da tradução]. Nele, Anthony Pym (1995), após tecer críticas a respeito da suposta aplicação da desconstrução à tradução, afirma que, “atualmente, a teoria da tradução enfrenta desafios importantes” (p.17), deixando claro que a desconstrução não pode oferecer qualquer contribuição para esse enfrentamento. Entre os desafios, Pym inclui buscar “relações interculturais que não pressuponham nem soberania nem hegemonia”, “definir a autoridade dos intermediários e sua capacidade ética de intervir”, “trabalhar produtivamente com máquinas” (p.17). Nota-se que o sonho dele é o total domínio da heterogeneidade, não só da área de tradução, mas de todas as trocas interculturais – que deveriam passar a ser pacíficas e neutras. Sua proposta envolve até mesmo resolver definitivamente qual é o limite da intervenção do tradutor ou dos contratantes da tradução. Talvez pense também que máquinas poderiam contribuir para que tudo o que é humano deixe de ser um embaraço para os Estudos da Tradução.

O artigo provocou apenas duas réplicas, uma de Arrojo (1996a), outra de Kaisa Koskinen (1996), ambas colocando a íntima relação entre desconstrução e tradução. O plano, nesse caso, fecha-se claramente entre duas perspectivas teóricas e evidencia-se que não há acordo entre elas. Pym representa a busca da homogeneidade totalitária. Mas o mito de Babel remete também, na leitura de Derrida (1987), à impossibilidade dessa almejada totalização, à impossibilidade do domínio total – de um saber, de uma disciplina. No momento em que a torre é destruída, impede-se a imposição de uma razão que seja universal e de uma única língua para todos os povos. Se o conhecimento acontece pela e na língua, que não é transparente, não há como teorizar com pretensões universalizantes. Para a reflexão pós-moderna, não há possibilidade de teorização e de prática que seja válida para todas as línguas, textos, contextos, pois qualquer produção teórica e prática é contextualizada, é local e temporal. Nesse sentido, a dúvida expressa no título do artigo de Pym, sobre a desconstrução vir a ser uma teoria geral da tradução, nem é pertinente, na medida em que a desconstrução desmascara a pretensão dos que pretendem descobrir normas ou princípios gerais que governem um campo de saber, que busquem sistematizar objetiva, definitiva e universalmente uma disciplina.

Além da recorrente exigência de que uma teorização forneça a explicação total para um domínio, textos que buscam questionar a reflexão desconstrutivista acusam a desconstrução de olhar para a tradução com uma visão negativa ou limitada. Pym (1995) afirma que a abordagem desconstrutivista à tradução traria uma “residual inferiorização da tradução” (p.16). Na medida em que, para Derrida, a lógica da tradução, do translado, é extensiva a toda produção de conhecimento, a questão da tradução concerne ao saber como um todo. Conceber a tradução como condição para o conhecimento, como diferença, reconhecer que as dicotomias são meios de reprimir a heterogeneidade, constituem-se como meios de liberar a reflexão sobre tradução da exigência de fornecer respostas definitivas que sejam válidas para todas as épocas e lugares e constituem-se também como meios de estimular a reflexão sobre o impacto que a tradução produz nas culturas e no próprio conhecimento de um povo. Entender isso como inferiorização ou limitação, como o faz Pym (1995), é fazer uma leitura restritiva do próprio poder da tradução. Como argumenta Arrojo (1996a) em sua réplica, “é precisamente da perspectiva do pensamento

desconstrutivista que podemos começar a questionar os antigos preconceitos que sempre encobriram o reconhecimento do papel fundamental que a tradução desempenhou na formação da cultura e da linguagem” (p.13).

Paulo Henriques Britto (2001), em artigo intitulado “Desconstruir para quê”, expressa opinião semelhante à de Pym (1995), afirmando que “talvez a melhor maneira de ver a desconstrução seja encará-la como uma vertente de pensamento de valor puramente negativo: boa para apontar as limitações de conceitos correntes, porém incapaz de propor alternativas viáveis” (p. 47). De acordo com essa lógica, a desconstrução apontaria problemas, mas, ao não conseguir resolvê-los seria pura negatividade. No entanto, considero que negativa é a visão de que o trabalho do tradutor é secundário, não é atividade intelectual, autoral, de que se resume no transporte de significados. Essas noções embasam baixos salários, assim como levam o nome do tradutor a ocupar um lugar secundário -- o verso da página de rosto de um livro. O ocultamento do tradutor tem a ver com uma atividade “vagamente indecente” que tem que ser escondida (Aury, 1975). O trabalho de Arrojo, assim como o de outros autores comprometidos com a reflexão desenvolvida na pós-modernidade, tem procurado conscientizar o tradutor de seu papel enquanto leitor, autor de uma interpretação, fundamentando uma luta por um espaço mais digno. A noção de tradução como transporte de significados, tão contestada pela desconstrução, é que é negativa, pois isenta o tradutor da responsabilidade por seu trabalho, na medida em que o concebe apenas como o responsável pela transposição de um significado já dado em um texto para outro, em outra língua. Ao conceber a tradução como atividade interpretativa, a desconstrução incita o tradutor à luta por melhores condições de trabalho e pelo reconhecimento social e econômico de sua profissão.

Essas colocações podem também ser usadas para refutar a afirmação de Pym (1995), de que a “teoria desconstrutivista” deveria passar para a “ação concreta” (p.17). Vou citar novamente Arrojo, para argumentar que o que Pym considera “ação” e o que Britto considera “alternativa viável” estão fora dos objetivos da reflexão pós-moderna:

Ao mesmo tempo, ao apontar a interferência da tradução e até mesmo seu uso inevitável como instrumento político, a reflexão desenvolvida na área começa também a se interessar pelas implicações abrangentes da conclusão fundamental (e óbvia) de que, ao ser inescapavelmente interferente, toda tradução não apenas expressa essa interferência, mas, sobretudo, faz alguma coisa. E é a consciência desse fazer, e suas conseqüências, que tem inspirado uma das mais promissoras trilhas recentemente abertas na área e que tem conduzido os estudos da tradução para o contexto da investigação das relações de poder entre as diferentes línguas, culturas e os povos que representam. (Arrojo, 1996b, p. 64)

O que interessa primordialmente é o que a tradução faz, suas conseqüências, não se pretende propor uma maneira de traduzir, nem uma teoria abrangente que defina de uma vez por todas o que é tradução, o que parece que ambos esses autores desejariam da desconstrução, ou de qualquer outra teoria. No meu entender, a desconstrução atua no plano do traduzir, enquanto uma forma de leitura, enquanto atitude e estratégia.

O desacordo, a polêmica, mesmo o diferente entendimento de posições e concepções, não levam à impossibilidade de nos referirmos a uma disciplina, Estudos da Tradução, nem ao seu fechamento em compartimento estanques. Não é a discussão que leva à estagnação. Ao contrário, o debate leva à reflexão e à busca de argumentos mais refinados, de rumos à pesquisa que possam ter como consequência o reconhecimento da importância da tradução.

Referências

- ARROJO, Rosemary. On perverse readings, deconstruction, and translation theory: a few comments on Anthony Pym's doubts. *TradTerm*, v. 3, p. 9-21, 1996a.
- _____. Os estudos da tradução na pós-modernidade, o reconhecimento da diferença e a perda da inocência. *Cadernos de Tradução*, v.1, p. 53-69, 1996b.
- _____. Lessons learned from Babel. *Target*, v.14, n.1, p. 137-143, 2002.
- AURY, Dominique. Prefácio. In: MOUNIN, Georges. Os problemas teóricos da tradução. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975, p. 7-11.
- BRITTO, Paulo Henriques. Desconstruir para quê? *Cadernos de Tradução*, v.8, n.1, p.41-50, 2001.
- DERRIDA, Jacques. *L'oreille de l'autre: otobiographies, transferts, traductions*. Québec: VLB, 1982.
- _____. Des tours de Babel. In: _____. *Psyché: inventions de l'autre*. Paris: Galilée, 1987, p.203-235.
- CHESTERMAN, Andrew. Shared grounds revisited. *Target*, v.14, n.1, p. 143-148, 2002.
- _____; ARROJO, Rosemary. Shared ground in Translation Studies. *Target*, v.12, n.1, p. 143-148, 2000.
- GENTZLER, Edwin. Expanding horizons or limiting growth? *Target* v.13, n.1, 2001, p. 160-164.
- KOSKINEN, Kaisa. Postcard from the derridean islands: response to Anthony Pym. *TradTerm*, v. 3, p. 23-24, 1996.
- PYM, Anthony. Doubts about deconstruction as a general theory of translation. *TradTerm*, v.2, p. 11-18, 1995.
- SIMEONI, Daniel. When in doubt, contextualize... *Target*, v.12, n.2, p. 337-341, 2001.